

APRESENTAÇÃO

As linhas iniciais da apresentação do primeiro número da Revista História & Luta de Classes, de 2005, propunham: “*Em tempos de domínio social da barbárie neoliberal e de hegemonia conservadora no pensamento acadêmico, com destaque para a área da História e das Ciências Sociais, a REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES procura servir como ferramenta de intervenção daqueles historiadores e produtores de conhecimento que se recusam a aderir e se opõem a essa dominação*” No conselho editorial da revista encontrava-se Théo Loubarinhas Piñeiro.

O terceiro número da Revista, de 2006, teve como tema, “Escravidão, Trabalho e Resistência”, em um momento em que o revisionismo de viés social-democrata e liberal se enfurecia na historiografia da escravidão, deslocando o eixo analítico do trabalho, da coerção e da resistência, propondo um passado escravista embalado pelo consenso e colaboração entre escravizados e escravizadores. Então, consolidavam-se essas visões apologéticas sobre a escravidão avançadas inicialmente pelos escravizadores e metabolizadas, em narrativas acadêmicas, nos anos 1930, por Gilberto Freyre.

Théo Lobarinhas Piñeiro participou do renascimento dos estudos escravistas no Brasil tendo como eixo interpretativo o trabalho e a resistência do trabalhador escravizado, defendendo a dissertação de mestrado, em 1989, “Resistência e Crise no Escravismo Colonial”, publicada tardiamente em 2002. Nos anos seguintes, interveio ativamente na refutação das visões ideológicas revisionistas, tendo sempre como referência central a categoria “modo de produção escravista colonial”. Manteve tal enfoque quando centrou seu estudo na história político-econômica do Segundo Império, como registra sua magnífica tese de doutoramento “Os Simples Comissários: Negociantes e Política no Brasil Império”, de 2002. Sofrendo processo de degeneração pulmonar irreversível, devido ao tabagismo que não conseguiu vencer, Théo Lobarinhas Piñeiro esforçou-se, nas últimas semanas de vida, para escrever um artigo sintético e crítico ao revisionismo historiográfico sobre a escravidão, retomando, em nível mais elevado, as propostas que defendera quando jovem historiador. O artigo, inédito, foi preparado para a edição pelo dr. Mário Maestri, que interagiu diretamente com o autor, quando da escritura do mesmo.

O artigo de sua autoria que publicamos nesse dossiê temático, que lhe é dedicado, registra sua coerência e coragem em manter posições hoje praticamente expulsas da academia, pela crescente hegemonia conservadora. Dedicando este dossiê à Théo não estamos apenas, portanto, homenageando e nos referindo a um companheiro, referência intelectual, amigo. Estamos procurando fazer jus à defesa de uma perspectiva histórica comprometida com a transformação social que, mantendo o devido rigor conceitual e de pesquisa, acompanha com atenção o perigo do deslocamento de conceitos e realidades como o trabalho e a luta de classes e a construção de análises conciliatórias ou derrotistas que, de uma forma ou outra, servem a manutenção da sociedade de classes.

Abre, portanto, o dossiê o artigo de Théo Lobarinhas Piñeiro, *in memmorian*. Com o título *Escravidão, escravismo e propriedade escrava*, o artigo empreende crítica geral sintética do revisionismo culturalista que se impôs a partir dos anos 1990 na historiografia da escravidão, deslocando o eixo interpretativo do *trabalho, exploração e resistência* dos trabalhadores escravizados para a *negociação, alforria, família escravizada*, etc. *Démarche* empreendida tendo como eixo norteador a categoria

“escravismo colonial”, central em sua produção sobre a escravidão e o Brasil pré-Abolição.

Em seguida, o artigo *A nossa África: a mãe espoliada*, de Mário Maestri, propõe uma historicização dos estudos africanistas no Brasil ao longo dos últimos quarenta anos, com ênfase nos influxos teóricos e ideológicos que marcaram as diferentes interpretações, sustentando a necessidade de estudo da África Negra Pré-Colonial para a compreensão da história do Brasil.

O terceiro artigo, *A escravidão em Portugal: uma longa história*, é escrito por Arlindo Manuel Caldeira e trata da escravidão em Portugal como um fenômeno de longa duração, tendo-se mantido durante a Idade Média devido às guerras de conquista do território. Para o autor, no entanto, foi com a expansão marítima e intercontinental, iniciada no século XV, que chegou a Portugal um número cada vez maior de cativos. Provinham do Norte de África, da Índia, da China, do Japão e, esporadicamente, do Brasil. Todavia, a principal área de proveniência de escravos foi, ao longo de mais de três séculos, a África transariana. Caldeira avalia o peso da escravidão na sociedade portuguesa e as formas de integração e de exclusão a que estiveram sujeitos os escravizados até ao início do século XIX.

Diego Buffa e María José Becerra se propõe a fazer um percurso pela história da África subsahariana referenciando momentos fundamentais da mesma, avanços e retrocessos, buscando o afastamento de olhares impregnados de preconceitos, estigmatizações e clichês. No artigo *África Subsahariana: Relecturas de un pasado falsificado y un devenir atravesado por estereótipos*, Buffa e Becerra, compartilham novos olhares críticos, com o objetivo de nos despojar de discursos opressores ocidentalcêntricos arcaicos e de suas novas adaptações.

Atravessando o Atlântico para o lado de cá, Amanda Bastos da Silva, em *Toussaint: de Bréda a Louverture*, procura biografar o ex-escravo e líder revolucionário da então colônia francesa de São Domingos, Toussaint Bréda, ou Toussaint Louverture (1743-1803). Para compreender a trajetória desse importante personagem da Revolução do Haiti, que o leva se chamar Louverture, Silva aborda alguns pontos imprescindíveis, como a prosperidade da colônia de São Domingos, no contexto da chamada primeira escravidão, e a luta para se desgarrar da França, assim como as incongruências e contradições que acompanharam Toussaint ao longo de sua vida.

Nos aproximamos então do Brasil através da fronteira com o vizinho Uruguai, no artigo *O norte uruguaio ou a “Nova África”: fugas, sequestros e tráfico regional de afro-fronteiriços*, de Eduardo R. Palermo, que analisa como as relações internacionais do Uruguai ficaram submetidas aos interesses do Império do Brasil através dos Tratados de Paz firmados em outubro de 1851. Particularmente o *de Extradicação* obrigava à devolução dos escravos fugidos aos território Oriental, foco central dos interesses da oligarquia sulriograndense que possuía a maior parte das terras sobre as fronteiras comuns e o norte do rio Negro. Na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico negreiro atlântico, a demanda de mão de obra servil determinou um intenso tráfico regional por meio do sequestro de afro fronteiriços e a circulação de trabalhadores sob a forma de contratos de *peonaje*, escravidão disfarçada e admitida pelo Estado Oriental para preservar sua imagem de terra livre.

Atravessando por completo a fronteira brasileira, Rafael Maul de C. Costa procura, no artigo *Tribunais da Liberdade?: Abolição, direitos dos escravizados e*

construção da cidadania, contribuir no longo debate sobre o lugar da ação de trabalhadores nos processos sociais, a partir de algumas possibilidades de análise sobre a utilização dos tribunais – e mesmo da lógica do poder judiciário – por escravizados na luta por liberdade no Brasil do século XIX. Como fração de um debate maior, insere-se assim em um campo que procura valorizar as ações de trabalhadores – “livres” e escravizados – sem deixar, contudo, de identificar os limites históricos de suas ações.

Por fim, o professor Solimar Oliveira Lima, no artigo *A escravidão e seu legado historiográfico no Piauí*, a partir de sua experiência de pesquisa e orientação na Universidade Federal do Piauí, procura apresentar a historiografia sobre as relações escravistas no Piauí. Partindo da produção de memorialistas, o autor se concentra nos escritos da academia e na sua experiência na UFPI para demonstrar a histórica construção intelectual de desqualificação do trabalho e dos trabalhadores escravizados na formação da sociedade piauiense. Segundo Lima, a investida dos defensores de harmonia de classes e do predomínio das sociabilidades do cotidiano dos escravizados para o domínio teórico-metodológico na academia, reforça uma política institucionalizada na pós-graduação do país que visa a sacralizar um monopólio do conhecimento de tal envergadura que provoca nefasto redirecionamento na forma de pensar e agir de jovens pesquisadores.

Acreditamos que este número de História & Luta de Classes ao mesmo tempo em que presta merecida homenagem ao historiador Théo Lobarinhas Piñeiro, contribui para as reflexões sobre o escravismo colonial que valorizem a ação de trabalhadoras e trabalhadores escravizados, na perspectiva de uma história vista desde a ótica dos oprimidos, porém, sem deixar de compreender que essas ações se davam, das mais variadas formas como resistência de sujeitos que estavam inseridos em relações escravistas.

A edição complementa-se com as resenhas de duas obras extremamente pertinentes para pensar a atual conjuntura. Em *Para pensar o Brasil depois do Golpe*, Otávio Augusto Cunha discute o livro *Depois do Golpe*, de Felipe Demier, refletindo sobre os processos e as formas da reconfiguração do regime democrático brasileiro no sentido da adoção de características cada vez mais blindadas à intervenção dos setores populares. Já Pedro Henrique Campos analisa o livro *Contas Pendentes*, obra coletiva organizada por Horacio Verbitsky e Juan Pablo Bohoslavsky que destrincha o papel decisivo das grandes empresas e da burguesia argentina com o regime terrorista de 1976-1983, chamando atenção para a enorme disparidade no tratamento dado aos genocidas e seus cúmplices na Argentina em relação ao Brasil.

No momento em que fechamos este dossiê o Brasil atravessa mais um momento histórico tenso. Durante as últimas décadas vivemos estratégias diversas de avanço do capitalismo neoliberal, eventualmente com alguns frágeis avanços no âmbito de direitos de cidadania, porém, sempre com aprofundamento de políticas privatistas, perda de direitos dos trabalhadores (como nas várias etapas de Reforma da Previdência, por exemplo) e aumento da militarização de das formas de repressão (como a criação da Força Nacional de Segurança, a GLO e o uso do exército na repressão urbana). Hoje, entretanto, os poucos avanços vão sendo revertidos e a imposição do neoliberalismo se dá em ritmo muito mais acelerado e de forma cada vez mais violenta. A intervenção militar no Rio de Janeiro é, possivelmente, o exemplo mais grave dos muitos elementos desse processo. Apesar deste dossiê estar voltado para um processo histórico delimitado em termos de tempo e espaço, na conjuntura atual as marcas históricas da escravidão ainda se fazem

muito presentes, para além de suas profundas determinações da formação social brasileira, que se projetam até hoje,.

No que diz respeito às novas formas de submissão coercitiva ao trabalho, chamadas genericamente de trabalhado análogo à escravidão ou de escravidão contemporânea, o atual governo tem desmontado financeiramente os mecanismos de combate, além de ter publicado uma portaria que restringe o conceito de trabalho escravo à existência de restrição de ir e vir (com pessoas armadas ou isolamento geográfico), anulando, por exemplo, as condições degradantes do trabalho. Refletir sobre o processo histórico do escravismo colonial, na perspectiva aqui proposta, certamente contribui para a reflexão sobre o momento atual. Temos certeza de que Théo estaria encampando essas lutas conosco.

É fundamental registrar igualmente a reconfiguração da frágil democracia brasileira no sentido imposição de um regime cada vez mais blindado a qualquer forma de participação popular autônoma tem implicado em violentos ataques à liberdade de investigação e de ensino. Se há 13 anos, na já citada apresentação de nossa primeira edição, registrávamos o “*predomínio das anódinas e pacificadoras história narrativas*”, naquele momento isto se dava mais como reflexo do recuo político do mundo do trabalho do que em decorrência de censura e constrangimentos institucionais explícitos (os implícitos, na forma de estímulos a determinados temas de pesquisa e veto a outros, nunca deixaram de existir), atualmente a situação é distinta. Ainda que tais ataques sejam anteriores ao governo golpista, na gestão do atual Ministro da Educação, aprofundaram-se, primeiro com brutal ataque ao ensino básico (desmonte do ensino médio, imposição de Bases Nacional Comum Curriculares, apoio aberto à censura proposta pelos projetos do Escola sem Partido), e mais recentemente com o ainda mais explícito cerceamento à liberdade de ensinar, com a anunciada judicialização contra propostas de ensino que contrariem os interesses da camarilha golpista no poder. De um lado, temos o uso de variados instrumentos judiciais tentando constranger os professores (declarações do ministro da educação ameaçando o Prof. Dr. Luiz Felipe Miguel (UnB); convocação judicial do Prof. Dr. Carlos Zacarias de Senna (UFBA) para “prestar esclarecimentos”. De outro, a resistência expressa em centenas de professores e dezenas de universidades que resistem replicando o curso *proibido*. Tempos duros, ameaças severas e a necessidade maior do que nunca de intensa resistência!

Por fim, uma boa notícia é o lançamento do novo sítio eletrônico da revista, no endereço www.historiaelutadeclases.com.br. Além da edição completa de todas as edições, chamada de artigos e normas de colaboração, a página agora conta com instrumentos de busca por palavras-chave, facilitando a busca temática e ampliando o alcance de nossa revista.

Gilberto Calil

Editor

Março de 2018

Mário José Maestri Filho

Rafael Maul

Coordenadores do Dossiê